



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

Sessão Solene Evocativa do 50.º Aniversário do 25 de Novembro de 1975

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)
[António Filipe Dias Melo Peixoto](#)

SUMÁRIO

Às 11 horas, entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República — que saudaram, com uma vénia, os membros do Corpo Diplomático presentes —, o Primeiro-Ministro, os Secretários da Mesa da Assembleia da República, a Secretária-Geral da Assembleia da República, o Chefe do Protocolo do Estado, o Chefe da Casa Militar do Presidente da República, o Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, o Chefe da Casa Civil do Presidente da República e a Diretora de Relações Externas, Relações Públicas e Protocolo da Assembleia da República.

No Hemiciclo, encontravam-se já, além dos Deputados e

Ministros, os Presidentes do Tribunal Constitucional e do Tribunal de Contas, do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Presidente da Direção Nacional do Chega, o Procurador-Geral da República, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, a Provedora-Adjunta, os Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o representante do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, os Conselheiros de Estado Joana Carneiro, Luís Marques Mendes e Carlos César, os Chefes dos Estados-Maiores da Força Aérea e do Exército e o representante do Chefe do

Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional.

Encontravam-se ainda presentes:

Na Tribuna A, a mulher do Presidente da Assembleia da República, Dr.^a Maria Helena Aguiar-Branco, a mulher do Primeiro-Ministro, Dr.^a Carla Montenegro, o antigo Presidente da República António Ramalho Eanes e mulher, Dr.^a Manuela Eanes, o antigo Primeiro-Ministro Pedro Santana Lopes e o Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, D. José Ornelas Carvalho;

Na Galeria I, o Corpo Diplomático;

Na Galeria II, o Presidente do Conselho Económico e Social, o representante do Presidente da Associação Nacional de Freguesias, o Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional Afonso Patrão, o representante do Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, o representante do Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a representante da Direção da Associação dos Ex-Deputados da Assembleia da República, o Presidente da Junta de Freguesia da Estrela e o Patriarca de Lisboa;

Na Galeria III, Secretários de Estado, o Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, o representante da Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, o Presidente da Comissão para as Comemorações do Quinquagésimo Aniversário do 25 de Novembro de 1975, os Adjuntos do Presidente da Assembleia da República e outras individualidades convidadas;

Nas Galerias IV a VI, público convidado;

Na Tribuna C, a Adjunta da Secretária-Geral da Assembleia da República, os Assessores do Presidente da Assembleia da República, os Chefes de Gabinete dos Grupos Parlamentares e a representante do Deputado Único Representante do Partido Juntos Pelo Povo;

Na lateral da Tribuna A, o Auditor Jurídico, Diretores e Chefes de Divisão da Assembleia da República; na Lateral da Tribuna B, os Chefes das Casas Civil e Militar do Presidente da República, a Secretária-Geral da Presidência da República, o Secretário-Geral do Governo e o Chefe do Protocolo de Estado.

Na Tribuna D, os representantes dos órgãos de comunicação social.

Constituída a Mesa, na qual o Presidente da República tomou lugar à direita do Presidente da Assembleia da República, a Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada nos Passos Perdidos, executou o hino nacional, que foi cantado, de pé, pelos presentes.

Seguiram-se os discursos dos Deputados [Filipe Sousa](#) (JPP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Jorge Pinto](#) (L), [Mariana Leitão](#) (IL), [Marcos Perestrello](#) (PS), [André Ventura](#) (CH) e [Pedro Alves](#) (PSD), do Presidente da Assembleia da República e do Presidente da República (Marcelo Rebelo de Sousa).

A sessão foi encerrada eram 12 horas e 44 minutos, tendo a Banda da Guarda Nacional Republicana executado, de novo, o hino nacional, que foi cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes.

Após ter sido constituída a Mesa, a Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada nos Passos Perdidos, executou o hino nacional, que foi cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes.

O Sr. **Presidente**: — Bom dia a todos, vamos dar início à sessão plenária evocativa dos 50 anos do 25 de Novembro de 1975.

Eram 11 horas.

Para uma primeira intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República — e permitam-me cumprimentar, de uma forma muito especial, o Sr. Presidente Ramalho Eanes, pessoa que marcou, em dois momentos, a minha infância, bem-vindo a esta Casa —, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Hoje, não é um dia qualquer. Hoje, celebramos, nesta Casa, o 25 de Novembro e celebramos algo que vai muito além dos 50 anos de História. Celebramos um País que poderia ter caído no abismo, mas não caiu porque houve quem tivesse coragem, porque houve quem tivesse sangue-frio. O designado Grupo dos Nove, apoiados por um plano liderado pelo General Ramalho Eanes, foi quem teve sentido de responsabilidade quando outros queriam rasgar o futuro de Portugal ao meio.

Incomoda muita gente reconhecer este facto. Incomoda quem preferia que a História fosse escrita apenas numa versão conveniente. Incomoda quem insiste em transformar o 25 de Novembro num episódio secundário. Incomoda, sobretudo, quem nunca fez as pazes com o facto de Portugal ter escolhido a liberdade e não a radicalização.

Mas a verdade é esta: no 25 de Novembro, Portugal esteve a um passo de perder a liberdade, a democracia conquistada escassos meses antes, com o 25 de Abril, e só não a perdeu porque houve quem se levantasse quando a sombra do extremismo se aproximava perigosamente do poder.

Cinquenta anos depois, dói ver que alguns tentam repetir exatamente os mesmos erros. Dói ver como se volta a brincar com discursos incendiários, dói ver como se volta a alimentar ódios, como se volta a defender inimigos externos e traidores da Pátria como se a democracia fosse uma autêntica trincheira. Dói ver como alguns tratam o País não como uma casa comum, mas como território de conquista ideológica. Portugal merece mais. Portugal precisa de mais.

O JPP está aqui para dizer, sem hesitações, que a liberdade e a democracia não vivem de gritos, nem de manipulações, nem de revisionismos perigosos. A democracia vive de responsabilidade, vive de coragem e vive de verdade. E a verdade é que o 25 de Novembro não foi a vitória de uma facção. Foi uma vitória de Portugal, foi a vitória da liberdade sobre a prepotência, a vitória da coragem sobre o fanatismo e a vitória da serenidade sobre a tentação de empurrar o País para um confronto fratricida. E digo-o com sentimento: se não defendermos esta memória, não defendemos o futuro; se não denunciarmos os novos radicalismos, estamos a repetir o erro de quem, há 50 anos, achou que não era nada, até quase ser tarde demais.

Por isso, hoje deixo uma mensagem clara e sem rodeios, para terminar. Portugal não pode voltar a ajoelhar-se perante extremismos. Portugal não pode permitir que lhe roubem a democracia pela calada. Portugal não pode deixar que a liberdade seja destruída por quem a invoca para atacar os seus próprios fundamentos. O 25 de Novembro é um aviso e é também uma promessa, porque enquanto houver quem tenha coragem, como houve há 50 anos, Portugal não cairá.

Viva o 25 de Abril! Viva o 25 de Novembro! Viva Portugal.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do L, do CDS-PP e do PAN.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

Antes de discursar, a oradora pousou um cravo vermelho sobre o arranjo floral de rosas brancas da tribuna.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente da República, Ex.^{mos} Srs. Presidentes, Sr. Presidente da Assembleia da República, Ex.^{mo} Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Ilustres Entidades, Altas Autoridades, Distintos Convidados, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: A Revolução do 25 de Abril foi o momento em que o povo escolheu a dignidade sobre o medo, em que num processo longo o País libertou os presos políticos, devolveu a voz às mulheres, reconheceu a liberdade de expressão e abriu caminho a uma educação e saúde universais.

E o 25 de Novembro de 1975, tantas vezes usado como arma de arremesso, foi também o momento em que decidimos que a democracia pluralista não seria um mero parêntese, seria, sim, a regra.

O que tornou este período extraordinário não foi a ausência do conflito; muito pelo contrário, o País estava, como bem sabemos, partido ao meio. Havia barricadas, cercos a órgãos de soberania, atentados a sedes de partidos, receio de que o País se fraturasse para sempre. E ainda assim, aqueles meses ensinaram-nos algo poderoso: que um povo dividido pode encontrar chão comum quando põe de lado os desejos de vingança e aceita olhar para o futuro com a mesma honestidade com que confronta o seu passado.

É impossível não olhar para esta Sala e ver, outra vez, trincheiras, não pelas mãos do povo, mas pelos discursos que transformam questões de justiça em arenas culturais, em que a cordialidade entre pares deu lugar, tantas vezes, à má educação institucionalizada. Hoje, a vocação personalista que víamos em Sá Carneiro ou em Freitas do Amaral, o humanismo que nortearam a ação de Mário Soares ou a tolerância marcante de Melo Antunes, deram lugar à total falta de empatia pelo próximo, que alguns querem despojado dos mais direitos básicos. Onde, no passado, tínhamos em António Maria Pereira a empatia pelos animais e em Gonçalo Ribeiro Telles a vanguarda pelo direito do ambiente, hoje temos a capitulação total perante os interesses e *lobbies* da tauromaquia, da caça e das grandes poluidoras.

Risos de Deputados do CH.

Onde, no passado, tínhamos também a defesa intransigente dos direitos das mulheres, em Natália Correia, hoje, vemos a falta de resposta para as vítimas de violência e tentativas de perseguição sobre as mulheres que amamentam ou, simplesmente, fazem uso da sua liberdade e decisão sobre o seu corpo, o que não devemos nem podemos esquecer, especialmente no dia em que também se assinala o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres.

Hoje, o que deveria de ser consensual numa democracia adulta passou a ser rotulado como capricho, ideologia *woke* ou tema menor. Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, distintos convidados, sejamos claros: não há exagero em querer que uma mulher não morra às mãos de quem diz amar. Não há ideologia em exigir que as nossas crianças nasçam sem violência e possam ser livres para ser o que quiserem, ou em que o planeta em que vivemos não seja sacrificado à ganância de alguns. Não há tema menor na recusa de um país onde os animais não sejam respeitados e a vida, que para eles é um valor em si mesmo, também não valha alguma coisa.

Se é certo que antes havia barricadas, saibamos construir pontes, porque o 25 de Novembro também não pode ser um pretexto para gastar milhares de euros em paradas militares ultrapassadas, destinadas apenas a fazer provas de vida num campeonato de populismos antidemocráticos que sonham com o regresso de três Salazares.

Aplausos do PS, do L e do JPP.

É por isso que, mais do que nunca, precisamos de lembrar a lição essencial de Abril e de Novembro. Quando o extremismo tenta definir as fronteiras do possível, cabe ao campo democrático alargar essas fronteiras, não encolhê-las. Não se responde ao medo com mais medo, à divisão com mais muros. Responde-se com a coragem política de defender os valores democráticos, tal como fizeram Ramalho Eanes e Vasco Lourenço, há 50 anos. Abril abriu portas, Novembro consolidou-as.

Hoje, a escolha é nossa, Sr.^{as} e Srs. Deputados, distintos membros do Governo: abrir ainda mais essas portas ou deixá-las enferrujar. O PAN acredita que podemos fazer florescer, de novo, aquilo que Abril e Novembro nos ensinaram: a liberdade é um verbo coletivo e só se cumpre quando ninguém, ninguém mesmo, é deixado para trás.

Viva o 25 de Abril! Viva o 25 de Novembro e viva, acima de tudo, Portugal!

Aplausos do PS, do L e do JPP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

Antes de discursar, a oradora pousou um cravo vermelho sobre o arranjo floral de rosas brancas da tribuna.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados e demais convidados: por muito que se enfeite a tribuna de rosas brancas ou de cravos, esta sessão não é uma homenagem à democracia. É uma tentativa de reescrever a sua história pelas mãos das direitas que, não conseguindo superar o 25 de Abril, nem apagá-lo, tentam amputar-lhe o sentido.

Vozes do CH: — Ei!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O 25 de Novembro não fundou a democracia portuguesa. A liberdade de imprensa, o direito ao voto, os sindicatos livres, o direito à greve, as eleições democráticas, tudo isso nasceu um ano e meio antes, no processo de democratização em que o povo tomou o poder nas suas mãos e tomou também o futuro. E é isso que as novas direitas velhas não perdoam. Foi mesmo essa ousadia que tentaram sufocar no 11 de Março e, depois, no 25 de Novembro.

Estes bravos que, 50 anos depois, querem refazer a História são os que foram derrotados por ela. A Constituição de 1976 inscreveu mesmo o socialismo como horizonte da democracia portuguesa, e nenhum dos partidos constituintes, incluindo os que hoje dirão que a democracia nasceu em Novembro, sequer propôs, naquela altura, citar o 25 de Novembro como referência fundadora do regime democrático. E assim fizeram porque sabiam que a democracia nasceu da Revolução e não do golpe e que mentir sobre isso seria ridículo.

Hoje, só uma manifestação sai à rua: são as mulheres que lutam contra a violência machista.

Aplausos do PS, do L e do PAN.

Srs. Deputados, nem três Salazares conseguiriam hoje apagar a memória do povo português do dia que anunciou o fim da guerra colonial, o fim da ditadura, o fim do analfabetismo. No 25 de Abril, o povo livrou-se do regime corrupto que condenou Portugal à miséria. Os nossos heróis são Salgueiro Maia, Maria Teresa Horta, são Amílcar Cabral e são Natália Correia. A História é teimosa. E a memória de um País não se molda nas reuniões dos líderes parlamentares. Trazemo-la hoje aqui para deixar uma mensagem a esta direita que esperou, cobardemente, meio século para tentar rever a história de Portugal.

Vozes do CH: — Fala do teu pai!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Abril não é uma data nem uma cerimónia. Não está ao vosso alcance diminuí-lo, porque Abril é uma promessa viva de liberdade, de justiça e de democracia.

Vozes do CH: — Fala do teu pai!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Celebrar o 25 de Novembro é incensar a viragem que nos afastou da ambição de uma democracia social, permitindo o avanço de uma democracia de serviços mínimos. E, assim, cresceu uma política que desinveste, que desiste, e que se encolhe perante o poder económico. Novembro é o símbolo desse abandono e as direitas precisam de encenar toda esta solenidade para tentar impor ao povo uma ideia simples: a de que o tempo da mudança acabou para sempre, que a revolução que derrubou a ditadura foi um excesso e que a democracia tem de ser a gestão conservadora da desigualdade e a garantia dos privilégios de muito poucos.

Aqueles que hoje celebram o 25 de Novembro e falam da estabilidade sairão desta sessão para tratar da verdadeira prioridade do momento que têm, que é impor ao povo uma nova lei laboral de precariedade e de vida dura, com mais contratos a prazo, mais horas de trabalho por menos salário.

Vozes do CH: — E a flotilha?!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A escolha entre dois empregos precários, a opção entre pagar a renda ou viver numa tenda, não é liberdade nenhuma.

A democracia não é um mero funcionamento administrativo das instituições. É o direito de cada pessoa a viver com dignidade, de uma casa, de um salário justo, de poder cuidar e de ser cuidado, de ter tempo para viver, de decidir sobre o futuro coletivo do País. A democracia de Abril só se cumpre na vida das pessoas, feita de justiça e igualdade, feita de liberdade real.

Viva o 25 de Abril! Viva a história da democracia portuguesa! Fascismo nunca mais!

Aplausos do PS e do L.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP.

Ao dirigir-se para a tribuna, o orador retirou uma rosa branca do arranjo floral que decorava o púlpito e pousou-a por cima da tribuna.

Aplausos do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP.

Vozes do CH: — Tira os cravos! Tira os cravos, se tens coragem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e restantes Membro do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Ex.^{mos} Convidados: Celebrar 50 anos de Novembro é celebrar 50 anos da consolidação da democracia em Portugal. Ainda assim, alguns perguntam: porque é que devemos celebrar Novembro?

Recordemos a História.

Vozes do CH: — A verdadeira!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Após o 11 de Março, alguns não queriam que houvesse eleições livres em Portugal.

Vozes do PSD e do CH: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves ameaçava mesmo que a via eleitoral não podia comprometer a via revolucionária e o PCP contava os dias para fazer a sua Revolução de Outubro e para tomar de assalto a nossa jovem democracia.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E o COPCON (Comando Operacional do Continente), que só desapareceu com o 25 de Novembro, fazia centenas de detenções arbitrarias por delito de opinião.

Aplausos do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP.

O 25 de Abril tinha prometido libertar todos os presos políticos do antigo regime, mas o PREC (Processo Revolucionário em Curso) encarnou uma nova via autoritária e repressiva e procedeu a centenas de prisões arbitrarias, em todo o País, com mandados de captura em branco.

Vozes do CH: — Estás a ouvir, Mariana?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — De acordo com uma lista que se encontra no Arquivo Histórico da Presidência, entre março e outubro de 1975, só no Forte de Caxias foram detidos 440 presos políticos. Somam-se a esses centenas de outros cidadãos portugueses detidos por razões políticas noutros estabelecimentos prisionais em todo o País. Alguns tinham apenas 17 anos. Foram presos no PREC por perseguição ideológica. Não tinham ainda idade para votar, mas já tinham idade para serem presos.

Vozes do CH: — Estás a ouvir, Mariana?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Por isso, quero aproveitar hoje para fazer aquilo que já devia ter sido feito nesta Assembleia. Aos presos políticos, às suas famílias, em nome do Estado de direito democrático e dos valores que representa, quero pedir desculpa a todas as pessoas que foram vítimas das arbitrariedades do mando e do desmando revolucionário durante o ano de 1975.

Aplausos do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP.

Nunca mais pode acontecer. Em Portugal, nunca mais pode acontecer. E lembro ainda os corajosos advogados que tinham defendido presos políticos no antigo regime, e que, por isso, foram perseguidos, e que se prontificaram, de novo, a defender, com risco, mas sem medo, os novos presos políticos do PREC. Bem hajam pela vossa coragem, bem hajam!

A verdade é que, porque aconteceu o 25 de Novembro, os portugueses puderam participar nas primeiras eleições legislativas livres e plurais em Portugal, no dia 25 de abril de 1976, que abriu a I Legislatura desta Câmara e que permitiu escolher o primeiro Governo Constitucional em Portugal. E esta foi a grande conquista de Novembro.

A segunda grande conquista de Novembro foi a manutenção do propósito de aderir à Comunidade Europeia. Era consensual entre os líderes dos principais partidos democráticos — o PS, o PPD e o CDS — que Portugal devia seguir o rumo da integração europeia por ser a garantia da consolidação democrática e, ao mesmo tempo, por ser a promessa de desenvolvimento e prosperidade que os portugueses esperavam do 25 de Abril.

Mas eu pergunto: teria o Primeiro-Ministro Mário Soares condições para iniciar o processo de adesão à Europa se não tivesse havido o 25 de Novembro? Com toda a probabilidade, não. O próprio Mário Soares, num artigo que escreveu em novembro de 2009, respondeu, de forma absolutamente lapidar: «O 25 de Novembro», disse ele, «impediu que Portugal se transformasse na “Cuba do Ocidente”».

Vozes do CH: — Estás a ouvir, Mariana? Batam palmas agora!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Por isso, a segunda grande conquista de Novembro foi viabilizar o caminho para a integração europeia.

A terceira grande conquista do 25 de Novembro foi a garantia da nossa segurança e da nossa defesa internacional. Portugal era membro fundador da Aliança, mas os aventureiros da extrema-esquerda, uns obedientes a Moscovo, outros fascinados com Havana, queriam retirar Portugal da NATO (North Atlantic Treaty Organization). Esta teria sido uma decisão absolutamente catastrófica para o País. Teríamos sido condenados a ser a vacina da Europa e a viver totalmente isolados da comunidade transatlântica. Felizmente que Novembro travou este divórcio com o futuro e Portugal permaneceu membro da NATO e da Aliança Atlântica.

Sem Novembro, nem eleições livres, nem integração europeia, nem pertença à NATO. Nada disto era seguro ou sequer possível. E esta é a prova de que Novembro não substitui Abril. Novembro completa Abril e por isso é que Novembro tem de ser comemorado em Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, se a Novembro devemos tanto, não é a tantos que o devemos.

Em primeiro lugar, quero saudar e prestar homenagem a esse herói do 25 de Novembro, quero saudar e prestar homenagem ao General António Ramalho Eanes.

Aplausos, de pé, do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP.

Sr. General, a sua liderança e firmeza foram absolutamente decisivas para evitar um golpe extremista contra a democracia portuguesa. O País está-lhe muito grato e a sua presença enobrece esta sessão, aqui, no Parlamento. Muito e muito obrigado, General António Ramalho Eanes.

Aplausos do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP.

Quero também saudar o Tenente-General Tomé Pinto pelo seu papel decisivo neste momento histórico e por liderar as comemorações dos 50 anos do 25 de Novembro, que se iniciaram com uma cerimónia militar no Terreiro do Paço. Saúdo ainda a memória do General Pires Veloso e a memória do saudoso Major-General Jaime Neves, que comandou brilhantemente o Regimento de Comandos, em novembro de 1975.

Aplausos do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP, de pé, e do PS.

Este ano evoco também o General Rocha Vieira e o General García dos Santos, que, infelizmente, nos deixaram durante o ano de 2025, mas cujas famílias estão aqui presentes. Muito obrigado pela vossa presença.

Aplausos do PSD, do CH, do PS, da IL, do CDS-PP, do PAN e do JPP.

Nas suas pessoas, homenageio as Forças Armadas, por darem a cara, o peito e até a vida pela liberdade e pela democracia em Portugal.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, termino com um apelo. Passados 50 anos, espero que a celebração do 25 de Novembro seja um novo marco de maturidade democrática e de reconciliação com o nosso passado político. Espero que as novas gerações, o futuro de Portugal, saibam ultrapassar a falsa oposição entre Abril e Novembro, que só alguns têm hoje interesse em fomentar. E saibam afirmar, sem complexos e com uma enorme convicção: viva a liberdade! Viva a democracia! Viva o 25 de Novembro!

Aplausos do CDS-PP, do PSD, do CH, da IL, do PAN e do JPP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre.

Antes de discursar, o orador pousou um cravo vermelho sobre o arranjo floral de rosas brancas da tribuna.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr. Presidente da República, Sr. Presidente Ramalho Eanes, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Estimados Convidados, Caras e Caros Jornalistas, Caras e Caros Concidadãos: «É preciso, finalmente, conduzir o País com justiça e equidade e segundo regras firmes e estáveis, em direção ao socialismo, à democracia e à paz.» Assim terminava o documento escrito por Melo Antunes e que ficou conhecido como o *Documento dos Nove*. O documento que moldou o Portugal saído do 25 de Novembro.

Há quem, fruto da força política que tem no presente, queira revisitar o passado para assim moldar o futuro. Há quem, fruto da força política que tem no presente e ao arrepio dos próprios intervenientes e fazedores da História e do 25 de Novembro, queira moldar aquilo que efetivamente aconteceu. Mas há dados que são incontornáveis. A data fundadora da nossa liberdade é o 25 de Abril de 1974.

Vozes do CH: — Não está em causa!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — A data fundadora da nossa democracia, onde as mulheres puderam finalmente votar em plena liberdade, é o 25 de Abril de 1975, e as eleições para a Assembleia Constituinte, outra das datas

deste período de profunda transformação, e onde se inclui, evidentemente, o 25 de Novembro, foram relevantes para o Portugal democrático e pluralista que construímos, mas nenhuma, nenhuma se aproxima nunca da data fundadora.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

É nesse dia, apenas nesse dia, 25 de Abril, que os portugueses saem à rua com paixão, que saem à rua com fervor, celebrando aqueles que depois da longa noite da ditadura nos voltaram a devolver a luz da liberdade. É a esse dia inaugural que devemos sempre aquela que é a única flor da nossa liberdade, o cravo.

Neste momento, o orador exibiu o cravo vermelho e pousou-o sobre o arranjo floral da tribuna.

Aplausos do L, do BE e de Deputados do PS.

Não contem, pois, com o Livre para alimentar esta guerra cultural que a direita quer fomentar com o 25 de Novembro. Não contem connosco para qualquer reescrita da História, até porque, como há poucos dias dizia Sousa e Castro, um dos subscritores do *Documento dos Nove* e parte ativa tanto no 25 de Abril como no 25 de Novembro, e cito: «O irónico é que as pessoas que querem agora comemorar o 25 de Novembro são as que o perderam, porque nenhum dos seus objetivos foi cumprido».

Vozes do CH: — Ai não?!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Cinquenta anos depois do 25 de Novembro temos, ainda assim, uma oportunidade única para discutir o Portugal que tínhamos, o Portugal que temos e o Portugal que queremos. E conseguimos muitas coisas nos últimos 50 anos, coisas das quais nos devemos orgulhar, porque foram conseguidas em conjunto, por cada uma e cada um dos portugueses. Mas há desafios. Hoje, dia em que também se assinala o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher, continuamos a ter um país onde milhares de mulheres são vítimas, diariamente, de violência.

As conquistas constitucionais do direito à habitação e de um SNS (Serviço Nacional de Saúde) público e de qualidade estão também hoje sob ameaça. E é sobre como honrar a nossa história e sobre como construir o Portugal que merecemos que esta invocação deva hoje ser feita, não sobre a reescrita do passado, mas, sim, sobre a escrita do presente.

E esta é também uma oportunidade para discutir alguns dos pontos fundamentais do *Documento dos Nove*, que definiu, em boa medida, o Portugal desta nossa II República.

De entre estes pontos, o Portugal europeu, aberto ao mundo e com uma voz que se faz ouvir e é de particular importância, porque estamos hoje confrontados com um mundo em acelerada mutação, com os equilíbrios geopolíticos a serem alterados, com novos desafios, como as alterações climáticas e a inteligência artificial, a marcar a agenda.

É neste mundo que Portugal e a União Europeia terão de ser capazes de encontrar a sua voz. Era esta voz que pessoas como Melo Antunes queriam para o Portugal democrático e que temos hoje todos a obrigação de encontrar. Uma voz pelos direitos humanos, uma voz pela dignidade, uma voz pela decência. Uma voz por um Portugal do qual nos possamos orgulhar. Uma voz por um Portugal que não deixa absolutamente ninguém para trás.

Aplausos do L.

Termino regressando ao *Documento dos Nove*, com uma citação um pouco mais longa, mas que ainda hoje nos deveria inspirar. Cito: «É necessário reconquistar a confiança dos portugueses, acabando os apelos ao ódio e as incitações à violência e ao ressentimento. Trata-se de construir uma sociedade de tolerância e de paz e não uma sociedade sujeita a novos mecanismos de opressão e exploração, o que não poderá ser realizado com a atual equipa dirigente, ainda que parcialmente renovada, dada a sua falta de credibilidade e manifesta incapacidade governativa.»

Vozes do CH: — Como os da esquerda!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Saibamos honrar o País no qual temos o privilégio de viver. Saibamos honrar o País de Abril. Viva o 25 de Abril! Viva a liberdade! Viva a República!

Aplausos do L, de pé, do PS, do BE, do PAN e do JPP.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Altas Entidades, Ilustres Convidados, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O 25 de Novembro foi o dia em que Portugal recuperou o rumo da sua liberdade.

No momento em que o País correu o risco de perder tudo o que tinha conquistado um ano antes, ergueram-se homens e mulheres que recusaram ver a democracia sequestrada por uma nova deriva totalitária. O PREC, guiado por uma ideologia arcaica e sempre falhada, ameaçava transformar Portugal num país sem pluralismo, sem propriedade, sem voz. Nacionalizações feitas à pressa, empresas destruídas, direitos atropelados, tudo em nome de uma promessa que nunca foi verdadeira.

Ainda assim, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a História mostrou-nos, nesse mesmo ano de 1975, que a liberdade nunca está definitivamente conquistada, que basta um momento de imprudência, de fundamentalismo ou de tentação autoritária para que tudo aquilo que parece garantido se torne frágil. O 25 de Novembro foi o dia em que dissemos «não», dissemos não ao autoritarismo, dissemos não ao totalitarismo.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

Por isso, o 25 de Novembro não é apenas uma data no calendário. É o dia em que dissemos, enquanto povo, que não trocaríamos a democracia por qualquer promessa fácil, por qualquer poder absoluto, por qualquer futuro, imposto de cima para baixo.

Durante o PREC tentaram impor-nos a ideia de que o Estado devia mandar em tudo, dominar a economia, decidir o que se produz, apropriar-se da propriedade privada e controlar cada escolha das pessoas. O Estado apropriou-se de todo o sistema bancário, de todo o setor segurador, das grandes empresas industriais, dos mais bem-sucedidos grupos económicos, da energia, petroquímica, cimento, metalurgia e papel, das empresas de transportes e comunicações, de grande parte dos *media* e de centenas de propriedades agrícolas.

Este dirigismo económico, ainda hoje defendido pelas bancadas mais à esquerda deste Hemiciclo, empurrou o País para a beira do caos. Fê-lo através de uma perseguição ideológica à iniciativa privada, de conflitos sociais permanentes e de uma desconfiança profunda de tudo o que não fosse controlado pelo Estado.

O resultado foi inevitável: uma derrocada produtiva, uma implosão financeira e, pouco tempo depois, a primeira intervenção do FMI (Fundo Monetário Internacional). O PREC deve estar sempre presente na nossa memória, porque demonstrou-nos que, por vezes, somos muito mais eficazes a destruir do que a construir.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o 25 de Novembro foi o momento em que Portugal disse, com absoluta clareza, que o povo que derrubou uma ditadura de meio século não se deixaria prender por outra, com outro nome, com outra cor, mas com a mesma opressão.

Aplausos da IL.

Foi o dia em que os portugueses, com coragem e lucidez, escolheram sem ambiguidades a democracia liberal. O dia em que dissemos que a liberdade não seria nunca sacrificada a nenhuma utopia autoritária.

Aplausos da IL.

Todos sabemos o que se preparava nesse dia, todos conhecemos o risco real que corríamos. E, para quem duvida desse perigo que Portugal viveu, basta olhar para esta Sala. As ausências de hoje falam por si, revelam quem ficou do lado errado da História, quem, naquele momento decisivo, não quis a liberdade, quem, meio século depois, ainda resiste a celebrar a liberdade.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

Mas, mais importante do que recordar quem empurrou Portugal para o abismo, é honrar aqueles que, no momento decisivo, o seguraram firmemente. Devemos muito a homens de coragem, a figuras como Ramalho Eanes, Jaime Neves e, sim, Mário Soares. Ao Grupo dos Nove e a tantos outros que, com uma serenidade rara e uma coragem inabalável, rejeitaram o radicalismo revolucionário e escolheram defender um caminho democrático, plural e europeu. Foram eles que impediram que a liberdade recém-conquistada se perdesse de novo. Foram eles que garantiram que Portugal permanecesse um País de cidadãos livres, numa democracia sem censura ou concessões. Se hoje celebramos 50 anos de um dos dias mais importantes da nossa história democrática, o dia em que Portugal escolheu ser livre, que saibamos honrar o legado de quem nos deu esse privilégio.

Meio século depois, o 25 de Novembro dirige-se, acima de tudo, às novas gerações. Lembra-nos que a liberdade nunca está garantida e nunca é definitiva. Cada época traz as suas próprias ameaças. Hoje, já não enfrentamos tanques nas ruas, mas enfrentamos outros perigos, o controlo subtil, o peso do conformismo, a tentação de entregar direitos em troca de uma segurança ilusória. E tudo isto num País onde o Estado permanece lento, pesado e distante, incapaz de acompanhar os anseios dos cidadãos que querem viver com autonomia, com dignidade e com espaço para construir o seu próprio futuro. O legado do 25 de Novembro é, por isso, um apelo claro e permanente: defender a liberdade, todas as liberdades, sempre.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, se existe uma lição do 25 de Novembro, o dia da consolidação da nossa democracia, é a de que esta não é um bem adquirido e exige vigilância constante, responsabilidade cívica e a determinação de a defender em cada geração. A Iniciativa Liberal, como sempre, celebra com a mesma alegria as duas datas: o 25 de Abril, em que derrubámos uma ditadura, e o 25 de Novembro, em que consolidámos a democracia. Sem o primeiro, não teríamos recuperado a liberdade. Sem o segundo, não a teríamos mantido.

Hoje, 50 anos depois, o 25 de Novembro continua a impor-nos uma responsabilidade. A responsabilidade de defender a liberdade todos os dias, contra todas as ameaças. Precisamos de ter a coragem de enfrentar populismos, extremismos, autoritarismos velhos ou novos. A coragem de defender a iniciativa individual, a propriedade privada, o mérito, a responsabilização, a limitação do poder político. A coragem de recusar que o Estado se substitua às pessoas, às empresas, às famílias. Que saibamos estar à altura da responsabilidade de preservar a liberdade conquistada. E que saibamos construir um futuro onde essa liberdade não seja apenas celebrada, mas seja vivida, ampliada e protegida.

Viva o 25 de Novembro! Viva a liberdade! Fascismo nunca mais! Comunismo jamais!

Aplausos da IL, de pé, do CH e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Marcos Perestrello, do Partido Socialista.

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr. General Ramalho Eanes, que saúdo em particular pelo seu exemplo cívico e por passados 50 anos do 25 de Novembro se manter, ainda hoje, como uma referência cívica e militar. Muito obrigado, Sr. General Ramalho Eanes.

Aplausos, de pé, do PS, do PSD, do CH, da IL, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Excelências: O 25 de Novembro de 1975 foi um confronto militar que culminou um vasto e ativo movimento de resistência civil à perversão totalitária do 25 de Abril. No plano militar é de inteira justiça lembrar o Regimento de Comandos e citar, com louvor e gratidão, os nomes de Ramalho Eanes, Jaime

Neves, Pires Veloso, Melo Antunes, Vasco Lourenço, Pezarat Correia, Franco Charais, Canto e Castro, Costa Neves, Sousa e Castro, Vítor Alves, Vítor Crespo, entre tantos outros aqui injustamente omitidos.

Aplausos do PS, do PSD, da IL, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP.

A todos o povo português expressou o seu reconhecimento e reforçou a legitimidade quando, nas eleições presidenciais do ano seguinte, elegeu o General Ramalho Eanes Presidente da República. Uma eleição no mesmo sentido da maciça participação eleitoral nas eleições constituintes, que tinham ocorrido em abril desse ano, e que se repetiria nas primeiras eleições legislativas do ano seguinte.

O povo português deixou claro que queria o seu destino decidido pela legitimidade democrática. O 25 de Novembro não foi, por isso, um acontecimento isolado. Como acabei de referir, foi o culminar de um movimento de resistência civil à perversão totalitária do 25 de Abril. Esse movimento, que teve em julho de 1975 alguns dos seus acontecimentos mais decisivos, nas gigantescas manifestações da Fonte Luminosa, em Lisboa, e no Estádio das Antas, no Porto, foi liderado pelo Partido Socialista e por Mário Soares,...

Aplausos do PS, de pé, do L e do JPP.

... tendo também nele lugar de relevo outros socialistas como Salgado Zenha, Manuel Alegre, Sottomayor Cardia, Jaime Gama e Lopes Cardoso.

Aplausos do PS.

Foi, nas palavras de Mário Soares, um recomeço. Um regresso à pureza inicial do 25 de Abril. Um rasgar de novos horizontes de esperança com a consolidação da democracia pluralista num ambiente político de convivência cívica, de alguma paz social e de concórdia nacional. Um regresso, acrescento eu, aos objetivos definidos pelo Movimento dos Capitães e reafirmados, na noite de 25 de abril de 1974, pela Junta de Salvação Nacional.

O significado político do 25 de Novembro é claro. Representou uma vitória da democracia e da liberdade sobre os projetos revolucionários vanguardistas que tinham posto o País à beira da guerra civil. Representou uma vitória do PS e dos democratas que se lhe juntaram sobre as forças não democráticas de esquerda e também de direita.

Aplausos do PS.

Não foi, como agora se quer fazer crer, uma vitória da direita sobre a esquerda. Longe disso. Até porque, tal como a esquerda não-democrática foi derrotada, também a direita não-democrática sofreu uma pesada derrota ao ter sido impedido o regresso ao passado, a ilegalização do PCP e proibidas, depois, na Constituição, as organizações fascistas.

Aplausos do PS, do PSD, do L e do JPP.

O escritor André Malraux, figura maior e testemunha ímpar dos grandes acontecimentos históricos do século XX, e que foi Ministro da Cultura do General de Gaulle, afirmou: «Em Portugal, pela primeira vez na história, os mencheviques venceram os bolcheviques.»

Aplausos do PS.

É essa vitória da democracia, para a qual o PS mobilizou e liderou vastos setores da sociedade civil, entre os quais se encontrava a direita democrática — enfraquecida, amedrontada, desorientada e com as lideranças ausentes ou paralisadas —, representou uma vitória da legitimidade eleitoral democrática contra o vanguardismo antidemocrático e o anarcopopulismo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Como disse Mário Soares, no livro *Portugal: que revolução?*, publicado logo em 1976, «de uma só vez, o 25 de Novembro sufocou as veleidades suicidas da extrema-esquerda e cortou as vazas à extrema-direita».

Aplausos do PS.

É por isso que, para o PS, a comemoração do 25 de Novembro é inseparável da celebração do 25 de Abril, cujo espírito e programa originários o 25 de Novembro repôs e restituiu. Há quem se reivindique do 25 de Novembro para o opor e sobrepor ao 25 de Abril. Há quem use o 25 de Abril para esconjurar o 25 de Novembro. O PS celebra o 25 de Abril, que é a data maior, e comemora o 25 de Novembro, considerando este último um acontecimento que restabeleceu o projeto democrático inicial do primeiro: construir em Portugal uma democracia pluralista e europeia, uma sociedade aberta e um país justo e solidário.

Nestes tempos sombrios em que a mentira a manipulação e a mistificação política são usadas como armas no ataque à democracia, é imperioso que os democratas não pactuem com esses métodos e se oponham frontalmente à ofensiva deste «vale tudo», exigindo a verdade histórica dos acontecimentos e a sua interpretação fidedigna. É assim que o 25 de Novembro deve ser comemorado, naquilo que foi e naquilo que representou e representa, e não na sua adulteração ou mesmo contrafação para fins políticos atuais, moralmente inaceitáveis e historicamente ilegítimos.

Aplausos do PS e do L.

É com esse espírito que o Partido Socialista celebra com orgulho e alegria o 25 de Novembro, neste Parlamento plural e democrático. E é também por isso que achámos péssima a ideia do Governo a de comemorar o 25 de Novembro nos termos e nos modos em que o faz.

Aplausos do PS.

É um plano que intenta fazer uma apropriação mistificadora e manipuladora do acontecimento histórico, mais própria de regimes não-democráticos que tentam controlar e impor a sua versão do passado para, como mostram George Orwell e Milan Kundera, controlar o presente e o futuro.

Aplausos do PS, do L e do PAN.

A maneira ilegítima como o Governo, com a maioria que o apoia, quer apropriar-se do 25 de Novembro, instrumentalizando-o, constitui mais uma ação de subordinação à extrema-direita saudosista, que na verdade o que quer é encontrar um pretexto para negar o 25 de Abril, a sua proeminência, o seu lugar cimeiro, fundamental e incomparável, que fechou o ciclo de 48 anos de ditadura.

Aplausos do PS, de pé, do L e do PAN.

É um plano comemorativo que acaba por resultar contra o próprio 25 de Novembro, falseando o que ele foi e representou, maculando o seu espírito e a sua memória, deturpando o seu desígnio e o seu significado.

Viva o 25 de Abril! Viva o 25 de Novembro! Viva a liberdade! Viva a democracia! Viva Portugal!

Aplausos do PS, de pé, do L e do PAN.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado André Ventura, do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Convidados, Srs. Deputados: Hoje é dia de rosas brancas e não de cravos vermelhos, por isso, estes cravos vão sair daqui.

Neste momento, o orador retirou os cravos vermelhos que tinham sido pousados sobre o arranjo floral da tribuna.

Aplausos do CH, de pé.

Neste momento, alguns Deputados do PS retiraram-se da Sala.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Só mostra como sempre conviveram mal com a liberdade. Só mostra como sempre conviveram mal com a liberdade!

Aplausos do CH.

Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputados....

Protestos de Deputados do L, exibindo cravos vermelhos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos num Parlamento plural, democrático, em que cada um de nós ouve o que o outro tem a dizer. Portanto, peço que haja condições para ouvirmos agora o Sr. Deputado André Ventura. Faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, hoje, o Parlamento faz justiça não ao dia que criou a liberdade, mas ao dia que salvou a liberdade.

Aplausos do CH.

Ao dia que salvou a liberdade. Neste dia, cinco décadas atrás, evitámos que a extrema-esquerda, com os seus aliados tácitos e menos tácitos, fizesse aquilo que melhor sabe fazer no mundo inteiro e cujos exemplos são claros no mundo inteiro: matar, expropriar, acabar com a liberdade, amordaçar, retirar, tyrannizar.

Aquilo que celebramos aqui hoje não é nenhuma cerimónia de enfeitar. É o dia em que uma democracia, com milhões de democratas, homens e mulheres dignos de si, conscientes de si, quiseram impedir que acontecesse tornarmo-nos numa Cuba ou numa União Soviética no extremo oeste da Europa. Portugal disse «não». Voltou a dizer «não», décadas depois. Volta a dizer «não», hoje. E, desenganem-se, diremos sempre não à vossa tyrannia. Diremos sempre não à vossa tyrannia!

Aplausos do CH.

Homenageando, Sr. Presidente, todos os membros das Forças Armadas, os comandos heroicos que, nesse dia, lutaram e cujas famílias estão aqui hoje também, para começar por dizer o óbvio. Tantas, tantas ruas por esse País, tantas, chamadas Rua Oteló Saraiva de Carvalho, ou Rua Che Guevara, ou Rua Álvaro Cunhal, Avenida Álvaro Cunhal. Sr. Presidente e Srs. Deputados, talvez seja dia — e no que depender de mim acontecerá mesmo — de nós acabarmos com todas estas ruas pelo nosso País, todas, e de lhes começarmos a dar nomes como Rua General Ramalho Eanes, Rua Jaime Neves, Rua da Liberdade, e não Rua das Tyrannias, das tyrannias que nos ameaçaram durante tantos anos.

Aplausos do CH, de pé.

Este País não homenageia a tyrannia, homenageia a liberdade, quer a liberdade e ama a liberdade! E ama a liberdade!

Continuação de aplausos do CH, de pé.

O 25 de Novembro não é só história, é resistência também. É resistência a um projeto que queria mudar o País para alguma coisa que não éramos. É resistência e ação. «É o querer dizer que temos uma palavra a dizer, que não vamos desistir de construir o País que queremos, que vamos lutar por um País melhor.» São palavras do General Ramalho Eanes e não minhas.

Portugal enfrenta, hoje, uma epidemia de corrupção que varre todas as suas estruturas. Que o 25 de Novembro seja também esta resistência contra um País imerso e submerso na corrupção. Um País que Abril nos prometeu limpar de corrupção, mas que foi, pouco a pouco, consolidando e aumentando até uma escalada de epidemia corruptiva pelo País todo. De norte a sul, de este a oeste, da mais pequena estrutura à maior, o País está invadido por corrupção. Se houver 25 de Novembro e símbolo, é a luta contra essa corrupção. O 25 de Novembro é a luta contra os desvios da Revolução. Alguns chamam-lhe a «pureza original», ou o «desvio da perversão», como, ainda agora disse Marcos Perestrelo. Mas tantos desvios que ainda hoje temos e que também têm de ser corrigidos, não no 25 de Novembro de 1975, mas no 25 de Novembro de 2025, onde estamos agora e onde temos que lutar. Porque, hoje, há novos desvios a combater. Onde antes lutámos pela liberdade de expressão, hoje lutamos contra a cultura de cancelamento, em que quem diz o contrário ou pensa o contrário é erradicado, silenciado e faz-se desaparecido.

Protestos da Deputada do BE, Mariana Mortágua, e contraprotestos do CH.

Vozes do CH: — Chiu!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Hoje, não lutamos contra as expropriações do Partido Comunista ou dos seus amigos do Bloco de Esquerda,...

Continuação de protestos da Deputada do BE, Mariana Mortágua.

... ou contra os assaltos a bancos que alguns conhecem bem, aqui, nesta Casa.

Aplausos do CH.

Hoje, já não lutamos contra essas expropriações, mas contra esta carga fiscal que também nos expropria, que também nos mata e que mata pequenos empresários pelo País todo e nos faz ser cada vez mais pobres. Hoje, talvez já não sonhemos com o futuro, como no 25 de Novembro de 1975, mas temos que dar futuro a 30 % dos jovens do nosso País que emigram e que se vão embora porque cá não encontram futuro.

Se havia futuro para dar a 25 de Novembro de 1975, tem de haver futuro para dar a 25 de Novembro de 2025. Se havia empobrecimento, quantos portugueses se sentem hoje cada vez mais pobres? Quantos portugueses chegam hoje ao final do mês e olham e perguntam «que País construímos?», quando não conseguem pagar o seu cabaz mais essencial, veem tudo a aumentar e uma classe política que insiste em levantar cravos para lhes resolver os problemas, em vez de lhes resolver os verdadeiros problemas da vida?

Este era o 25 de Novembro de que precisávamos. Não o 25 de Novembro de flores, não o 25 de Novembro de bater no peito, mas o 25 de Novembro da luta contra a corrupção, de garantir rendimentos às pessoas, de dar esperança e liberdade num País que se habituou só a ouvir os mesmos e em que quem fala diferente é excluído, perseguido ou ameaçado. Onde quem diz verdades é processado e judicializado e onde a liberdade deixou de ser aquilo que, a 25 de Novembro, sonhámos que fosse: uma garantia de um País diferente, mas também dignidade.

Dignidade. A 25 de Novembro lutámos pela dignidade. E que dignidade tem um País que ainda não reconheceu os seus? Deixem-me parar 1 segundo, 10 segundos, 20 segundos para agradecer, de alma e coração, a todos os antigos combatentes que esta Pátria tem e que merecem um louvor neste dia.

Aplausos do CH, de pé, e do CDS-PP.

A todos, a todos os que esta Pátria tem e que merecem um louvor enorme, neste dia. A todas as suas famílias, homens e mulheres, a todos vocês, obrigado por terem lutado por Portugal. Obrigado por terem lutado por Portugal!

Continuação de aplausos do CH, de pé.

Esta dignidade que ainda não recuperámos, Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Convidados, Srs. Deputados, é também a dignidade do País que está em causa neste 25 de Novembro.

Dirijo-me, por isso, a si, Sr. Presidente da República, como mais alto representante da Nação e dirijo-me a si não só como líder da oposição, mas também como candidato presidencial, neste dia 25 de novembro. Há uns dias, Sr. Presidente, esteve representando-nos a todos em Luanda. Aí, Sr. Presidente, deixou que nos chamassem escravagistas, opressores e ladrões. Que nos chamassem, a todos, de esquerda, de direita, aos nossos pais, aos nossos avós, àqueles que combateram e àqueles que morreram. Fomos chamados por um chefe de Estado de opressores, tiranos, ladrões, escravagistas e opressores. O Sr. Presidente da República aí estava, como está hoje, aqui, nesta cerimónia. E eu não poderia ficar de bem comigo próprio, Sr. Presidente, se não lhe dissesse aquilo que eu e milhões de portugueses sentem. Ao ficar calado perante a ignomínia, ao ficar calado perante a ameaça, ao ficar calado perante tal categorização de um País inteiro e de nove séculos de História, foi indigno da posição que tem e traiu os portugueses — os atuais e os passados.

Aplausos do CH, de pé.

Traiu-nos, por isso, a todos. Mas este País — passem os presidentes, passem os primeiros-ministros, passem os reis, os ministros, os tribunais — continua de pé, porque continua sempre, ao longo de nove séculos de História. E, por muito que alguns tentem rebaixar-nos, por muito que alguns tentem humilhar ou negar a nossa história, por muito que alguns tentem fazer-nos pequenos, Sr. Presidente da República, acredite nisto que lhe digo: nós somos enormes, nós somos o melhor País do mundo para se estar e se viver.

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Pedro Alves, do Partido Social Democrata.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — A celebração do dia de hoje faz mesmo sentido, porque o dia não é de uns nem de outros, é de todos.

Neste momento, o orador voltou a colocar os cravos retirados pelo orador anterior sobre o arranjo floral da tribuna.

Protestos do CH.

Aplausos do PSD, do PS, do L e do PAN.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Permitam-me que cumprimente os Ilustres Convidados na pessoa da figura mais importante do dia que hoje celebramos, o Presidente Ramalho Eanes.

Aplausos, de pé, do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP.

Hoje, assinalamos os 50 anos do 25 de Novembro de 1975, uma data decisiva na construção da democracia portuguesa. Se o 25 de Abril de 1974 derrubou a ditadura e abriu as portas à liberdade, foi o 25 de Novembro que travou uma nova deriva autoritária e garantiu que Portugal transitasse de uma forma plena e irreversível para um regime democrático, pluralista e representativo.

Naquele dia, militares fiéis à democracia impediram que o País caísse num novo totalitarismo, desta vez de inspiração marxista. Um obrigado ao Regimento de Comandos.

Aplausos do PSD, do CH, do PS, da IL, do CDS-PP, do PAN, do JPP, de pé, e do L.

Foi o momento em que um conjunto de homens, fiéis à verdade e ao sentido popular, colocaram um fim aos projetos de poder revolucionário que pretendiam submeter a sociedade portuguesa a um modelo de partido único e tutela militar permanente. O 25 de Novembro não foi um contragolpe. Não foi um episódio secundário. Foi a afirmação da soberania do povo e o ponto de partida real para a democracia liberal que hoje celebramos e defendemos.

Vozes do CH: — Estás incomodada, Mariana?!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Passam 50 anos sobre o 25 de Novembro e os portugueses dispensam discussões sobre a metafísica das datas ou as polémicas sobre apropriações, comparações e outros eufemismos que alimentam conversas pseudointelectuais de direitas contra esquerdas e de esquerdas contra direitas. E os portugueses têm ainda menos paciência para que nos tentem explicar que houve um golpe, mas não houve golpistas; que houve uma conspiração, mas não houve conspiradores; que houve uma vitória da democracia, sem que ninguém estivesse contra a democracia. Uma vitória, afinal, sem vencidos. Estamos quase a chegar à conclusão de que eram todos grandes democratas e de que não era preciso o 25 de Novembro. E que tudo foi apenas uma reação exagerada, que ninguém atentou contra a democracia, que foi tudo um mal-entendido. Aquelas armas, um mal-entendido. A insubordinação nos quartéis, um mal-entendido. A tentativa de golpe, as ameaças à ilegalização dos partidos, um mal-entendido. O Pacto MFA (Movimento das Forças Armadas)-Partidos, que consagrava a unicidade sindical, a eleição indireta do Presidente da República pelos militares e que dava ao Conselho da Revolução poderes, independentemente do resultado das eleições — repito, independentemente do resultado das eleições —, tudo isso era um mal-entendido.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, em Abril foram todos pela liberdade. Em Novembro, só alguns foram pela democracia. Os democratas venceram. E em nome da reconciliação nacional, os vencidos foram perdoados e socialmente reintegrados. Ensinam em universidades, são Deputados neste Parlamento e vão às televisões dar aulas de democracias. Tivessem eles vencidos, estaríamos nós no Campo Pequeno.

Aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP.

Os democratas venceram. E a suprema ironia é que os vencidos de ontem, os revolucionários de ontem, são hoje burgueses reacionários que lutam contra tudo o que significa mudança e evolução, sem vergonha de tentarem reescrever o seu próprio papel na História.

Os democratas venceram e perdoaram e amnistiaram. Amnistiaram, mas não esquecem. Permitir que se esqueça é um erro. Permitir que a data e os factos sejam reduzidos a atos falhados de jovens idealistas movidos por sonhos utópicos é ainda um erro maior. Fazer de conta que não aconteceu é insultuoso para quem perdeu a vida naqueles dias e é imperdoável para com todos os que lutaram para hoje podermos estar aqui. Mas, sobretudo, é perigoso, porque é um exemplo que deixamos para os que aí vêm e para os próximos 50 anos. Estes teóricos, que não se cansam de falar em populismos, neoliberalismos e ameaças à democracia, não percebem — ou percebem muito bem — que a maior ameaça à democracia surge quando nos envergonhamos de celebrar a democracia, quando abdicamos de a celebrar, quando permitimos que a História seja apagada.

Minhas senhoras e meus senhores, o 25 de Novembro não dividiu, uniu. Uniu militares e civis, esquerdas e direitas, laicos, ateus e católicos. Uniu milhões de portugueses que, com o seu voto em eleições verdadeiramente livres, consagraram esta democracia liberal que hoje temos o privilégio de representar. O 25 de Novembro uniu gente de origens diferentes, partidos diferentes, passados e futuros diferentes que só tinham em comum a lucidez de não se deixarem enganar por jogos semânticos e, acima de tudo, o amor à liberdade.

Se o 25 de Abril nos liberou do fascismo, foi o 25 de Novembro que nos permitiu a plena transição para o regime democrático. Celebremos, pois, a democracia.

Viva o 25 de Novembro! Viva a democracia!

Aplausos do PSD, do CDS-PP, de pé, do PS e da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Sr. Presidente António Ramalho Eanes, Sr. Antigo Primeiro-Ministro Pedro Santana Lopes, Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, Sr.^{as} e Srs. Embaixadores, Ilustres Convidadas e Convidados, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caras e Caros Portugueses: Cinquenta anos depois, ainda é estranho ouvirmos dizer que esta data divide. É estranho ouvir dizer que a data é fraturante, que se trata de uma apropriação. É estranho ouvir discursos que falam de Abril em Novembro e de Novembro em Abril.

Evocar o 25 de Novembro é evocar quem lutou pela democracia que hoje temos. É lembrar que não devemos dar a democracia por adquirida. É ensinar que a democracia liberal é e continuará a ser o único sistema que permite espaço para quem propõe sessões solenes, para quem se opõe a sessões solenes e até mesmo para quem se recusa a estar presente em sessões solenes.

Aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP.

As críticas e as cadeiras vazias neste Plenário são o testemunho vivo do importante lugar desta data na nossa história. É por causa do 25 de Novembro que as críticas existem sem serem caladas. É por causa do 25 de Novembro que as cadeiras vazias podem amanhã ser novamente ocupadas.

Aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP.

Dispensar, por isso, o exercício de comparação de datas. Sou de Abril, sou de Novembro, sou, hoje e sempre, da democracia representativa, porque Abril abriu a porta da liberdade e Novembro garantiu que essa liberdade tivesse chão firme para caminhar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente da República, Sr.^{as} e Srs. Deputados, convidei para esta sessão, e aqui estão na galeria à minha frente, alunos de duas escolas que visitei este ano: a Escola Básica Ferreira de Castro, em Mem Martins, e o Liceu Francês Charles Lepierre, em Lisboa. Duas escolas muito diferentes e, em tudo, muito iguais. Convidei-os, não para terem uma aula de História, nem para assistirem a um debate ideológico; convidei-os porque nesta Casa decide-se o futuro. Decidem-se os próximos 50 anos. É sobre isso, sobre o futuro, que hoje quero falar, em especial para a geração que terá a responsabilidade de construir esse futuro.

O mundo como o conhecem, o País como o conhecem, como veem hoje na televisão ou nesta Câmara, está prestes a mudar. Uma mudança que se sente em cada esquina, em cada rosto, em cada cimeira, em cada discurso. E surgirá mais depressa do que qualquer um de nós pode prever. Este novo ciclo vai chegar-nos sem manifestos nem pré-avisos, sem tempo para livros brancos. Porque a vida, nas palavras de um conhecido filósofo, «é aquilo que acontece enquanto estamos ocupados a fazer planos».

Sr. Presidente da República, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o ambiente está mais pesado, mais incerto. E tenho reparado que a maior parte das pessoas que fala do futuro às novas gerações tem uma atitude pesada, pessimista, invariavelmente com muitas certezas. Dizem que esta geração é pior do que as anteriores — mais qualificada, sim, mas menos capaz, menos respeitosa, mais pluralizada. Diziam o mesmo da minha geração.

Dizem também que o mundo está condenado. Se não for pela emergência climática, é pela substituição populacional. Se não for pelo fim do comércio livre, é pela corrida ao armamento. Se não for pela inteligência artificial, é pelo colapso das democracias ocidentais.

E o que tem isto a ver com a data que celebramos hoje? Tudo. Novembro e Abril explicam que o futuro não é uma condenação que temos de aceitar resignados. O futuro não é um castigo nem um pesadelo. O futuro tem os seus riscos, as suas ameaças, claro, mas representa, sobretudo, uma imensa oportunidade, porque o mundo que aí vem vai pôr os contadores a zero, vai trazer um novo ciclo. Cabe às novas gerações agarrá-lo.

Falo daqueles jargões que tantas vezes se ouve e que vale a pena decifrar: «transição energética», «inteligência artificial», «automação» e um País cada vez mais «intercultural e cosmopolita». Falo também de

um momento único. Único para as empresas, para a economia e para as pessoas. E na soma de cada um de nós, dos mais velhos aos mais novos, único para o nosso País.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a tecnologia digitalizou o elevador social. No novo tempo que vamos viver, o elevador social vai funcionar sem pedir permissão ou decretos a este Parlamento. E isto tem consequências práticas para as novas gerações. Não há herança que vos valha, nem condição que vos condene. Nenhum de vós está obrigado a viver como nasceu.

E o que tem isto a ver com a data que hoje celebramos? Tudo. Porque 50 anos depois, estamos em Abril, outra vez. Só é preciso que acreditem que é possível chegar a Novembro. Só é preciso que sejam melhores do que nós.

As novas gerações não estão condenadas a viver no mundo que alguém construiu. Terão espaço e meios para fazer o próprio caminho. Sejam melhores do que nós. Não se deixem aprisionar em trincheiras ideológicas ou semânticas. Não se percam em discussões técnicas nem à procura de culpados. Discutam os propósitos, o futuro. Preocupem-se menos com inevitabilidades e previsões e mais com as oportunidades. Não se percam no interesse pessoal, no egoísmo, porque não há verdadeira felicidade que não seja vivida em comum. Amem o vosso País, participem e sirvam-no, porque a Pátria não é um acidente de nascimento, é uma comunidade de destino. Não se detenham na inveja, elevem-se para ver o todo, capazes de reconhecer qualidades nos adversários. Sejam melhores do que nós. Não aceitem comprar o ressentimento dos outros, a frustração dos outros. Porque as responsabilidades não se atribuem, abraçam-se. As desculpas não se dão, evitam-se. E quando achamos que a culpa é dos outros, é porque nós próprios não fizemos o suficiente.

Sr. Presidente da República, Sr.^{as} e Srs. Deputados, neste Parlamento não vamos conseguir travar a mudança que aí vem. Nem devemos querer fazê-lo. Não podemos parar o vento com as mãos. Mas, neste País, sempre fomos bons a navegar à bolina, aproveitar ventos contrários para chegar onde queríamos chegar, dominar a força da tempestade para que o barco não se desvie da rota. É essa a arte, é esse o engenho que este tempo nos exige, que estes visitantes nos exigem. A arte de fazer política, o engenho de sonhar o futuro. Se não o fizermos, se não soubermos esquecer, por um instante, o telejornal de hoje ou de amanhã, e pensar no mundo daqui a 10 anos, estaremos a ser tão reacionários quanto aqueles que, em 1974, não perceberam que o tempo já tinha avançado sem eles. Ou preparamos a mudança ou somos engolidos por ela. É essa a escolha temos pela frente. Aceitar o princípio de que nada neste mundo é eterno, mas de que é nosso dever deixar aos outros instrumentos, recursos e um país melhor. Que é nossa responsabilidade, enquanto políticos e decisores, garantir que esta geração é melhor do que a nossa.

Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, sejamos melhores por eles.

Aplausos do PSD, da IL, do CDS-PP, de pé, do PS, do PAN e do JPP.

Vai usar da palavra o Sr. Presidente da República.

O Sr. Presidente da República: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^a e Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Sr. Presidente António Ramalho Eanes, Sr. Primeiro-Ministro Pedro Santana Lopes, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Excelências, Portugueses: Seja-me permitida uma primeira palavra dirigida ao Sr. Presidente António Ramalho Eanes, de júbilo pela sua presença connosco, aqui, 50 anos volvidos, mas também de mágoa, e hoje é o dia e o local, estes os adequados para essa mágoa. A mágoa, que a história da democracia portuguesa nunca conseguirá explicar, de que a humildade do Presidente António Ramalho Eanes não tenha permitido, a uma democracia que elevou ao marechalato António Spínola e Francisco Costa Gomes, ter podido, em vida e posse em vida, elevar ao marechalato o Presidente António Ramalho Eanes. É uma questão de justiça política, é uma questão que, naturalmente, depende da vontade do próprio, mas que em termos nacionais é perfeitamente inexplicável.

Aplausos do PSD e do PS.

Há um ano aqui falei do 25 de Novembro — causas, processo, epílogo, importância na vida dos portugueses. Disse então e repito hoje: o 25 de Novembro de 1975 foi determinante no fim da Revolução, na feitura da

Constituição, na abertura para a expressão da soberania popular. E é por isso mesmo que considero justo que, na minha última intervenção na Assembleia da República, o tema só possa ser um: os portugueses e Portugal.

São os portugueses os titulares originários da soberania que todos nós exercemos, com base no seu voto. São eles a garantia da continuidade da Pátria. Portugal é, antes do mais, cada portuguesa, cada português, cá dentro e espalhados pelo mundo.

Quais são as verdadeiras razões da durabilidade da nossa Pátria, da resistência do povo português?

A primeira razão é a nossa idade e a experiência que ela nos deu. Formámo-nos como Estado-Nação dos primeiros da Europa, vivemos muito, passámos muito, em sucessos e insucessos, guardamos memória viva dessa história. É o termos sabido unificar diferentes contributos dos povos que nos formaram, com uma grande capacidade para integrar elementos de várias culturas; o termos criado, muito cedo, uma língua nacional, sem fácil paralelo europeu, e definido fronteiras largamente estáveis desde o século XIV.

Quando ficámos a ter um só vizinho continental dominante, escolhemos ou tivemos de escolher atravessar oceanos e tocar ilhas e continentes. Navegando, chegámos mais cedo a mais lugares e a mais gentes, e conhecemos mais mundo, com séculos de antecipação. Ficámos, assim, para sempre, viajantes, de partir e chegar, universais, no talento de outros falares, na aclimação dura, mas resistente a latitudes e a longitudes. E, porque precisávamos de milhões para atravessar mares e tocar pontos, sem dispormos de massa crítica para nos podermos fixar e ocupar, criámos um poder feito de praças-fortes de comércio, ou seja, de intermediação económica e de influência política sem o poder armado dos nossos sucessores europeus, espanhóis, ingleses, franceses, holandeses.

Embora evitando as guerras continentais e preferindo os mares, algumas vezes fomos atraídos para contendas em terra e nunca nos demos bem com elas, salvo na defesa da Independência, em que brilhámos no século XIV e na Restauração no século XVII. Fomos muito práticos nas alianças reais e nas alianças políticas e militares, como a inglesa, com mais de 650 anos de vida, sabendo que são um seguro útil, mesmo quando os aliados o utilizam mais vezes ou melhor do que nós.

Quando percebemos que os proveitos asiáticos tinham conhecido melhores dias, redescobrimos o Brasil, tal como, independente o Brasil pelas mãos do filho primogénito do rei de Portugal, nos agarrámos, tardiamente, a África e nela tentámos usar um poder diplomático e depois militar para adiar o fim do império. Ainda assim, com talento único — que recordei ainda há oito dias, à saída de uma celebração dos 50 anos de independência de um Estado irmão —, o orgulho de termos unificado aquela Pátria tão diferente como unificámos outras, como o Brasil, deve-se à nossa presença secular nesses territórios.

Tivemos sempre Forças Armadas de exceção, embora inúmeras vezes, ao longo da História, sem recursos, humanos e muitos outros, mas tudo ultrapassando com brio e bravura. Elas fizeram a Pátria que somos.

Dispusemos e dispomos de uma das mais sabedoras e hábeis diplomacias, outro baluarte essencial da nossa independência ao longo dos séculos, que em termos de hoje converteu falta de *hard power* em imenso *soft power*, por toda a parte.

Falhámos, sistematicamente, na demografia — fomos sempre poucos para tamanha dispersão — e na educação. Os períodos em que ela liderou, a nossa história, foram pouquíssimos: séculos XV e XVI, no que importava às navegações; século XVIII, com algum pombalismo; uma parte do século XIX, depois das invasões francesas e da guerra civil, uns assomos republicanos; e, muito mais tarde, no final do século XX, já em recuperação de muito tempo perdido.

Ainda assim, com curtos altos de aparente fasto, muitos baixos — na demografia, na educação — e desigualdade social, superámos grandes crises de independência política ou financeira, criámos uma corajosa diáspora, fizemos quase milagres em processos de intermediação internacional e no acelerado processo de integração europeia fomos exemplares.

Capazes do melhor, no heroísmo dos momentos decisivos; às vezes menos consistentes, no heroísmo anónimo de todos os dias; mas, no heroísmo anónimo, melhor o povo do que as chamadas elites, mais batalhador e liderante do que elas, efeito das fragilidades da formação de quadros qualificados e dirigentes.

Não somos perfeitos, cometemos erros — que o eram, na altura, e outros que só o são, ou são, sobretudo, à luz das ideias de hoje —, mas prosseguimos um caminho que fez de nós um País multicultural, uma Pátria aberta ao mundo e nele muito prestigiada. Com tempos dramáticos de tudo ou nada, e muitos outros, numerosos, de equilíbrio, sensatez, esforço para não sobrepor a divisão no acessório à unidade no essencial.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Portugueses, o mais eloquente talvez seja recordar um testemunho histórico, muito antigo, com 601 anos. Tínhamos nós menos de três séculos de nação independente. Quem o escreveu foi D. Pedro, irmão do futuro Rei D. Duarte e do Infante D. Henrique da *Ínclita Geração*. Correu mundo e deixou-nos a chamada *Carta de Bruges*, cidade hoje belga, famosa naquela época, e relatou a sua visão de Portugal a partir de além-fronteiras. Respondia ao irmão, ainda príncipe, em 1424, acerca de assuntos do governo dos povos.

Quanto ao Governo de Portugal, referia como questões essenciais a reforma do ensino, pela importância da ciência e do conhecimento, e, depois, concentrava-se nas quatro virtudes principais dos povos, e destas dizia «alguns entendo que não saom em ese regime uma boa perfeição». Ou seja, que faltavam ao reino de Portugal.

Primeira virtude que faltava, a fortaleza, ligada ao despovoamento da terra — diríamos hoje a demografia. E nela a emigração e também a urgência da repartição dos vassallos — dizia-se na altura — pelas comarcas, em vez da concentração na costa; ou seja, a reforma da Administração Pública e a sua descentralização.

Segunda virtude, que também faltava, a justiça, e acrescentava «que me parece que reyna no coração daqueles que houverem de julgarem a nosa Terra». «Parece-me, Senhor, que a justiça tem duas partes. Uma é dar a cada um o que é seu. A outra é dar-lho sem delonga. E ainda que eu cuide de ambas em vossa terra igualmente falecem, da derradeira sou bem certo e esta faz tão grande dano.»

Terceira virtude, também muito escassa, a prudência, sobretudo a prudência financeira. Dizia o Infante D. Pedro: «O senhor Rey e nos outros todos subditos fazemos tão grandes despesas que a terra o non pode suportar; e por isto se lançam preitas e outras imposições per que ela é muito gastada.»

Quarta virtude, essa, sim, que considerava que existia em muitos instantes da nossa história, a temperança. E comentava: «Que me parece que a respeito de outras terras que eu já vy ela he na nossa um melhor ponto do que em nhuma das outras.»

Isto é, D. Pedro, que correu a Europa do sul, a Europa do centro, a Europa do norte, e mesmo de leste, já falava do despovoamento, da emigração, da reforma da Administração, da necessidade da descentralização, da lentidão da justiça, do gasto nas finanças públicas e privadas. E, nesse rol, sublinhava o grande trunfo português: a temperança, ou seja, o equilíbrio, a moderação. Isto foi há 601 anos, com menos de três séculos de vida como pátria independente.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Portugueses, e o que tem esta carta tão antiga a ver com o 25 de Novembro?

Com o Portugal de há 50 anos ou de hoje é fácil de entender. Muitos dos problemas de então são ainda os de há meio século ou de hoje. Mas talvez ainda mais importante seja a temperança como virtude nacional. Apesar de tanta história de guerras naqueles primeiros quase três séculos, pela independência, pela conquista do território, pelo poder interno, D. Pedro, que morreria às mãos de um sobrinho, pensava que, ainda assim, a nossa grande virtude, a que evitava o pior e nos unia pelo melhor, era a temperança. E isto tem a ver tudo com o 25 de Novembro. A temperança que é o equilíbrio, a sensatez, a moderação e muita unidade no essencial.

No 25 de Novembro talvez tenha sido mais evidente do que em tantos lances durante a Revolução, tão agitada que nós bem recordamos, aqueles que a vivemos. Tão agitada que nós bem recordamos, os que fomos constituintes, em plena Revolução, neste Hemiciclo, o que era votar uma Constituição com uma revolução cá dentro e lá fora. Entre o risco da violência e a temperança, no 25 de Novembro venceu a temperança.

Depois se discutiu quem ganhou mais, quem ganhou menos, quem perdeu mais, quem perdeu menos. A Pátria ganhou, certamente. Não houve regresso ao passado derrotado em abril de 1974. Mas também não houve construção de um futuro imediato, com uma Revolução para sempre, e com adiamento da Constituição e o que significou no arranque da democracia em que vivemos. A temperança, naquele instante, prevaleceu. Como dizia D. Pedro, em 1424, a principal virtude dos portugueses, quando comparados com outros povos, outras pátrias, outros Estados.

Saber História não é tudo, mas numa pátria com quase 900 anos ajuda ao sonho de todos nós. Todos nós aqui presentes e milhões de portugueses acreditamos que a nossa Pátria pode ser eterna. E eu repito-o, muitas vezes, aos nossos soldados e aos nossos diplomatas, que todos os dias prosseguem a nossa caminhada defendendo Portugal no mundo e o fazem convictos de que somos eternos: enquanto mantivermos essa convicção e por ela nos batermos, unidos no essencial e com temperança, seremos eternos.

Viva o 25 de Novembro! Viva ao 25 de Abril! Viva a liberdade! Viva a democracia! Viva Portugal!

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP, do PAN, do JPP, de pé, e da IL.

O Sr. **Presidente**: — Com a intervenção do Sr. Presidente da República, está encerrada esta sessão comemorativa.

Vamos ouvir o hino nacional.

Eram 12 horas e 44 minutos.

A Banda da Guarda Nacional Republicana executou, de novo, o hino nacional, que foi cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes.

Os elementos do Regimento de Comandos presentes na galeria entoaram o grito Mama Sume, tendo sido aplaudidos pelo PSD, pelo CH, pela IL, pelo CDS-PP e por Deputados do PS.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.